

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS ELÉTRICOS, EM REGIME DE FORNECIMENTO CONTÍNUO



Artigo 1º.

(Identificação do concurso e da entidade adjudicante)

1. O presente programa regula o procedimento para a formação do contrato para a aquisição de diversos materiais elétricos, em regime de fornecimento contínuo.
2. A presente contratação é promovida pela **CMPH – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM**, abreviadamente identificada por **Domus Social, E.M.**, que se assume como entidade adjudicante.
3. A entidade adjudicante tem sede na Rua Monte dos Burgos, n.º 12, Porto, e oferece os contactos seguintes:
 - a. Telefone: 228330000;
 - b. Endereço eletrónico: geral@domussocial.pt

Artigo 2º.

(Decisão de contratar)

A decisão de contratar, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do *Código dos Contratos Públicos*, foi deliberada pelo Conselho de Administração da Domus Social, E.M., de 05 de dezembro de 2024.

Artigo 3º.

(Tipo de procedimento)

1. A contratação é precedida pelo presente procedimento de concurso público, nos termos do disposto nos artigos 16.º, n.º 1, c) e 130.º do *Código dos Contratos Públicos*.
2. O procedimento de concurso público foi escolhido ao abrigo do critério do valor, nos termos do disposto no artigo 20.º do *Código dos Contratos Públicos*, sem publicação no *Jornal Oficial da União Europeia*.

Artigo 4º.

(Consulta preliminar)

1. Nos termos do artigo 35.º-A do *Código dos Contratos Públicos*, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, nos termos do **Anexo I** ao presente programa do procedimento, de modo a obter informações relevantes para estabelecer o preço base do procedimento
2. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos.
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será divulgada aos futuros concorrentes do procedimento, aquando da disponibilização das propostas, salvo se os documentos forem classificados como confidenciais.

Artigo 5º.

(Objeto do concurso)

1. O concurso tem por objeto a escolha do cocontratante da entidade adjudicante para a execução do contrato de aquisição de diversos materiais elétricos, em regime de fornecimento contínuo, nos termos definidos no Caderno de Encargos.
2. O procedimento destina-se à formação de um único contrato, não estando prevista a adjudicação por lotes.

II – Concorrentes

Artigo 6º.

(Modalidade jurídica de associação de empresas)

1. Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de empresas, independentemente da atividade por elas exercida, sem que entre elas exista necessariamente qualquer modalidade jurídica de associação, desde que subscrevam e apresentem ao concurso declaração de intenção de associação jurídica, em conformidade com o modelo constante do **Anexo II** ao presente regulamento.
2. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
3. Todos os membros do agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta que apresentarem.

Artigo 7º.

(Associação em caso de adjudicação)

1. No caso de adjudicação, as empresas do agrupamento associar-se-ão, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de agrupamento complementar de empresas, agrupamento europeu de interesse económico ou de consórcio externo, conforme a opção do adjudicatário, mas sempre em regime de responsabilidade solidária passiva.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a entidade adjudicante poderá consagrar diretamente no título contratual a responsabilidade solidária passiva das várias entidades que integrem o adjudicatário quando, para efeitos do disposto no número anterior, a modalidade de associação escolhida não implique a criação de uma entidade com personalidade jurídica.

III – Elaboração de propostas

Artigo 8º.

(Consulta e fornecimento das peças do procedimento)

1. O programa do procedimento e o caderno de encargos, bem como os demais documentos que integram o presente procedimento, encontram-se patentes na página www.acingov.pt e, em papel ou em formato eletrónico, na sede da entidade adjudicante, identificada no n.º 2 do artigo 1.º, onde podem ser consultados durante as horas de expediente, das 9h às 13h e das 14h às 18h, desde o dia da abertura do procedimento na plataforma eletrónica referida, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2. Nas consultas não é permitida a reprodução por cópia, fotografia ou processo semelhante, de quaisquer documentos, nem neles fazer qualquer tipo de inscrição.

Artigo 9º.

(Esclarecimentos e erros e omissões das peças do procedimento)

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, ao júri do procedimento, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

2. No prazo referido no número anterior, devem ainda os interessados apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento por si detetados.

3. O incumprimento dos deveres previstos nos números anteriores tem as consequências previstas no n.º 3 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.

4. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, o júri do procedimento deve prestar os esclarecimentos solicitados pelos interessados e o órgão competente para a decisão de contratar pronunciar-se sobre os erros e omissões por estes identificados, considerando-se rejeitados todos os que não sejam expressamente aceites até ao final daquele prazo.

5. Sem prejuízo no disposto dos números anteriores, pode o órgão competente para a decisão de contratar, no mesmo prazo previsto no n.º 4, proceder oficiosamente à retificação de erros e omissões das peças do procedimento, assim como prestar quaisquer esclarecimentos.

6. Os esclarecimentos, retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento que se encontrarem patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados deste facto.

7. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre esta em caso de divergência.

Artigo 10º.

(Preço base)

1. Para efeitos do n.º 1 do artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, o preço base global do procedimento é de **€ 62.325,63 (sessenta e dois mil trezentos e vinte e cinco euros e sessenta e três cêntimos)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato a celebrar, **o qual não se encontra sujeito à concorrência**.

2. Fixam-se, ainda, os **preços unitários** de referência identificados no mapa constante do **Anexo A** a este programa, os quais constituem parâmetros base, para efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 42.º do Código dos Contratos Públicos e que **se encontram sujeitos à concorrência**.

3. A violação dos parâmetros base implica a consequência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 11º.

(Documentos que constituem as propostas)

1. Os concorrentes deverão fazer acompanhar as suas propostas, dos documentos seguintes, elaborados nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos, designadamente em conformidade com o seu artigo 57.º:

- a. **Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos**, conforme o modelo constante do **Anexo III** ao presente programa de procedimento;
- b. **Declaração de intenção de associação jurídica**, no caso previsto no artigo 6.º deste programa, conforme o modelo constante do **Anexo II**;
- c. **Certidão Permanente ou código de acesso da mesma** referente à pessoa juridicado Concorrente no caso de pessoas coletivas, ou a todas elas, no caso dos agrupamentos de pessoas coletivas;
- d. **Documento** que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos, **contenha os atributos da proposta**, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, nomeadamente:
 - i. **Lista de preços unitários** para a aquisição de todos os tipos de bens indicados no **Anexo A ao presente programa**, a apresentar com o mesmo formato de ficheiro *Folha Cálculo Microsoft Excel (.xls)*, com os preços unitários arredondados a duas casas decimais;

2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente considere indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da proposta.

3. Os documentos identificados nos números anteriores devem ser assinados pelo

Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 12º.

(Idioma dos documentos da proposta)

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

Artigo 13º.

(Proposta variante)

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, considerando-se como tal, nos termos do n.º 1 do artigo 59.º do Código dos Contratos Públicos, as propostas que, relativamente a um ou mais aspetos da execução do contrato a celebrar, contenham atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas.

IV – Apresentação das propostas

Artigo 14º.

(Prazo de apresentação e manutenção das propostas)

1. Os documentos que constituem as propostas, indicados no artigo 11.º do presente programa de concurso, deverão ser entregues até às 18h00 do **15.º dia a contar do envio do anúncio para o Diário da República**.

2. O prazo de apresentação das propostas poderá ser prorrogado nos termos do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.

3. Os concorrentes ficam obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de **90 (noventa) dias** contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, renovando-se por igual período caso os concorrentes, naquele prazo, nada requeiram em contrário.

Artigo 15º.

(Modo de apresentação das propostas)

1. Os documentos que constituem a proposta devem ser diretamente apresentados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, através do endereço www.acingov.pt.

2. No caso de a plataforma eletrónica prevista no número anterior se encontrar indisponível, os documentos da proposta devem ser apresentados através do endereço de correio eletrónico previsto na alínea b) n.º 3 do artigo 1.º do presente programa do procedimento (geral@domussocial.pt).

3. Os Interessados devem prever o tempo necessário para a inserção da proposta e dos documentos que a acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica, em função do tipo de acesso à internet de que dispõe.

4. A receção da proposta é registada com referência à data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico de receção.

5. O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos e do artigo 64.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, deverá observar os requisitos para os ficheiros das propostas, exigidos no presente programa do procedimento, sob pena de exclusão da proposta.

6. O concorrente, na apresentação da sua proposta, para efeitos do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos, deverá observar o disposto nos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, assinando todos os documentos apresentados, independentemente do formato de ficheiro, com certificados de assinatura eletrónica qualificada.

7. No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os concorrentes devem proceder à junção de documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

8. A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos.

9. A assinatura de documentos agregados em PDF não dispensa a assinatura individual de cada um deles.

V – Análise e avaliação das propostas

Artigo 16º.

(Esclarecimentos sobre as propostas)

1. O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos que considere necessários para efeito de análise e de avaliação das propostas.

2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, nem visem suprir omissões que determinariam a sua exclusão.

3. Todos os concorrentes serão notificados da prestação de esclarecimentos e de que os mesmos se encontram juntos ao processo.

Artigo 17º.

(Suprimento de irregularidades da proposta)

1. O suprimento das irregularidades das propostas apenas terá lugar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 72.º do Código dos Contratos Públicos, e mediante a verificação dos requisitos aplicáveis.

2. A falta de suprimento da irregularidade é fundamento de exclusão da proposta nos termos do artigo 70.º, n.º 2, alínea f) e 146.º, n.º 2, alínea o) do Código dos Contratos Públicos e constitui contraordenação grave nos termos do artigo 457.º, alínea e) também do Código dos Contratos Públicos, pelo que será comunicada ao IMPIC, em cumprimento da obrigação prevista no artigo 461.º, n.º 3 do mesmo código.

Artigo 18º.

(Critério de adjudicação)

1. A adjudicação obedecerá ao critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator sendo o fator preço, como único aspeto a considerar e sendo considerada mais vantajosa a proposta que apresentar o menor preço total, o qual resulta do somatório dos preços unitários de cada artigo que integra a Lista de Preços Unitários, anexa ao presente Programa do Procedimento sob **Anexo A**.

2. Caso se verifique que uma ou mais propostas ficam graduadas na primeira posição na ordenação para efeitos de adjudicação, a diferenciação das propostas efetuar-se-á de acordo com a que apresentar menor preço unitário para o artigo 1202030036 - PROJETOR LED PHILIPS 100W IP65 REF:89301-185733 4000K ou equivalente.

3. Se, efetuada a operação indicada no número anterior, o empate persistir, a ordenação final das propostas resultará de sorteio a promover pelo Júri, com a presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público.

4. A sessão para a realização do sorteio, nos termos do número anterior, será agendada e notificada aos interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

5. O Júri elaborará uma ata que documentará os trabalhos efetuados na dita sessão e os resultados do sorteio, ata essa que será apensa ao processo de contratação e divulgada por todos os concorrentes.

Artigo 19º.

(Negociação)

As propostas não serão objeto de negociação.

Artigo 20º.

(Audiência prévia e adjudicação)

1. A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.
2. Os concorrentes têm cinco dias após a notificação do Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas para se pronunciarem sobre o mesmo.
3. Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes poderão, querendo, consultar todo o processo de contratação na sede da entidade adjudicante.

VI – Habilitação e caução

Artigo 21º.

(Requisitos)

É requisito de habilitação dos concorrentes, sob pena de caducidade da adjudicação, a inexistência de qualquer impedimento, nos termos enunciados no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 22º.

(Documentos de habilitação)

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, sob cominação do prescrito no artigo 86.º, os seguintes documentos de habilitação:
 - a. Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo IV** ao presente programa de procedimento (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos);
 - b. Documentos comprovativos de que o concorrente não se encontra nas seguintes situações de impedimento previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
 - c. Documento comprovativo de registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) ou, em alternativa, facultar à Entidade Adjudicante o respetivo código de acesso; em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto;
 - d. Certificado PME do IAPMEI com respetiva permissão para consulta ou, em alternativa, documento que ateste a dimensão da empresa (micro, pequena, média ou grande).

2. Caso se verifique a hipótese prevista no artigo 7.º deste programa, os documentos de habilitação referidos no n.º 1 devem ser todos os membros que constituem o agrupamento adjudicatário.

3. O prazo para a apresentação dos documentos de habilitação, fixado no número anterior, pode ser prorrogado, por um período não superior a 5 (cinco) dias, por uma única vez, por solicitação expressa do Adjudicatário dirigida ao órgão competente para a decisão de contratar.

4. Caso o adjudicatário se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se imponha.

5. Fixa-se em 2 (dois) dias de calendário o prazo para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 132.º do Código dos Contratos Públicos.

6. Os documentos identificados nos números anteriores devem ser assinados pelo Adjudicatário ou por representante que tenha poderes para o obrigar com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

7. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o Adjudicatário submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

Artigo 23º.

(Caução)

Não é exigível a prestação de caução.

VII – Disposições Finais

Artigo 24º.

(Comunicações)

1. Durante a fase de formação do contrato, todas as notificações e comunicações deverão ser efetuadas através da plataforma, nos termos do artigo 61.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.

2. A comunicação de quaisquer infrações, nos termos da Lei n.º 93/2021 de 20 de dezembro, detetadas durante a fase de formação ou execução do contrato, deverão ser comunicadas através do canal de denúncias da Domus Social disponível em <https://www.domussocial.pt>.

Artigo 25º.

(Despesas e encargos)

Todas as despesas e os encargos inerentes à celebração do contrato são da responsabilidade do adjudicatário.

Artigo 26º.

(Legislação aplicável)

Em tudo o omissa no presente programa do procedimento, observar-se-á o regime do Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

ANEXO I

Consulta Preliminar ao Mercado

(informação a que se refere o n.º 4 do artigo 35.º-A do CCP)

Para efeitos de apuramento do preço base, foi realizada uma consulta preliminar, por email, às entidades: Espiral Suprema e JMM Gonçalves, Lda.

Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será divulgada aos futuros concorrentes do procedimento, aquando da disponibilização das propostas, salvo se os documentos forem classificados como confidenciais.

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INTENÇÃO DE ASSOCIAÇÃO JURÍDICA

[a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do programa do procedimento]

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de¹ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

....., (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de² (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes),

e

- (...)

entidades que integram o concorrente ao³, tendo tomado claro, perfeito e cabal conhecimento dos termos e condições do procedimento declaram, sob compromisso de honra, que:

1.- Caso lhes venha a ser adjudicada a empreitada, objeto do concurso, se constituirão em agrupamento complementar de empresas ou celebrarão contrato de consórcio em regime de responsabilidade solidária passiva;

2.- Independentemente do que em contrário se dispuser em qualquer momento no contrato de consórcio ou no instrumento de associação jurídica celebrado entre as entidades que integram o concorrente, todas elas responderão solidariamente pelo bom, perfeito e tempestivo cumprimento das obrigações para elas emergentes do contrato;

3.- Qualquer alteração ao regime de responsabilidades das entidades do agrupamento é nula e de nenhum efeito na relação de todas com a entidade adjudicante se não conhecer o prévio acordo escrito desta;

4.- Nenhuma das entidades que integram o concorrente poderá ceder, total ou parcialmente, a sua posição jurídica no agrupamento, ou renunciar às suas obrigações, pelo que qualquer alteração na composição do mesmo merecerá a prévia autorização da entidade adjudicante.

..... (local), (data), [assinatura⁴]

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

² Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

³ Identificação do procedimento

⁴ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1.-, (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁵ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada⁶ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2.- Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo⁷:

a).....

b).....

3.- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4.- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5.- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6.- Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7.- O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a

⁵ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁶ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁷ Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura⁸].

⁸ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO
[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1.-, (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de⁹ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada¹⁰ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - A declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3.- O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..... (local), (data), [assinatura¹¹].

⁹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

¹⁰ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

¹¹ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO A

Lista de preços unitários